

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.715 - RS (2019/0114299-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : C S DOS S (PRESO)
RECORRENTE : M A DA C R
ADVOGADOS : MAURÍCIO ZANOIDE DE MORAES - SP107425
CAROLINE BRAUN - SP246645
CRISTIANO DE BARROS SANTOS SILVA - SP242297
CAMILA MOTTA LUIZ DE SOUZA - SP330967
PEDRO BERTOLUCCI KEESE - SP391733
GABRIEL MASSI - SP418078
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. OPERAÇÃO MEGASSENA. CRIMES RELACIONADOS A MALVERSAÇÃO DE DINHEIRO PÚBLICO DA SAÚDE. TRANSFERÊNCIA DE VERBA DA UNIÃO PARA O MUNICÍPIO NA MODALIDADE "FUNDO A FUNDO", SEM NECESSIDADE DE CONVÊNIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS PERANTE O TCU. INTERESSE DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. PRECEDENTES. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS* PROVIDO.

1. Hipótese em que houve denúncia oferecida perante a Justiça Comum Estadual, que apura suposto cometimento dos crimes de peculato, corrupção ativa e passiva, associação criminosa e lavagem de dinheiro, por desvios de verbas da saúde pública, compras superfaturadas de medicamentos e de insumos e simulação de compras, envolvendo Grupo de Apoio à Medicina Preventiva (GAMP), gestora hospitalar no Município de Canoas, Organização Social da qual o primeiro Recorrente era Diretor Técnico Médico e a segunda Diretora Presidente.

2. Fundo Municipal de Saúde que recebe verbas da União, na modalidade "Fundo a Fundo", o que ocorre de forma direta através dos repasses provenientes de fundos da esfera federal para a municipal, sem a necessidade de celebração de convênio.

3. Nesses casos, segundo a jurisprudência assente neste Superior Tribunal de Justiça, sobressai o interesse direto da União – tanto que há prestação de contas perante o TCU e fiscalização pelo Executivo Federal –, o que atrai a competência da Justiça Federal para processar e julgar tais feitos. Precedentes.

4. Recurso ordinário em *habeas corpus* provido, a fim de declarar a incompetência da Justiça Estadual para processar e julgar a ação penal em tela. Outrossim, determinada a remessa imediata dos autos para o Juízo Federal Criminal de Canoas/RS, que deverá decidir, **no prazo de 5 (cinco) dias**, acerca da manutenção ou não das medidas cautelares pendentes ou já cumpridas, devendo os **atos decisórios** ser renovados.

Superior Tribunal de Justiça

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, dar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Dr(a). MAURÍCIO ZANOIDE DE MORAES, pela parte
RECORRENTE: C S DOS S

Dr(a). MAURÍCIO ZANOIDE DE MORAES, pela parte
RECORRENTE: M A DA C R

EXMO. SR. DR. DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA,
SUBPROCURADOR- GERAL DA REPÚBLICA, PELO MPF

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora